

## DETERMINANTES DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NO BRASIL

Éder Rodrigo Gimenes<sup>1</sup>, Ednaldo Aparecido Ribeiro<sup>2</sup>, Danilo César Macri Lazare<sup>3</sup>, e Wesley Oliveira Furriel<sup>4</sup>

### Resumo

Pesquisas sobre o desalinhamento entre eleitores e partidos políticos focalizando as democracias tidas como consolidadas tem sido frequentes nas últimas décadas. O mesmo não pode ser dito sobre as novas democracias, como as latino-americanas, nas quais o fenômeno do desalinhamento partidário aparenta ter contornos distintos. No caso específico do Brasil, a maior parte dos estudos que tratam do relacionamento entre o eleitorado e os partidos se dedica a análises relacionadas à identificação e à simpatia partidária, mas poucos têm se debruçado sobre a filiação. Diante do exposto, este artigo tem por objetivo investigar os determinantes do referido fenômeno, com especial atenção à existência de efeitos mediados do nível de escolarização dos indivíduos sobre o interesse por política para a predição da filiação. Para tanto, utilizamos dados coletados no âmbito do projeto World Values Survey (WVS), referentes ao ano de 2014 e a amostra representativa da população brasileira.

---

<sup>1</sup> Éder Rodrigo Gimenes: Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá e do Centro Universitário de Maringá. Contato@ergimenes@uem.br.  
Autor correspondente: Universidade Estadual de Maringá - Avenida Colombo, 5790, Bloco C-67 - CEP 87020-900 - Maringá/Paraná/Brasil.

<sup>2</sup> Ednaldo Aparecido Ribeiro: Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. E-mail: ednaldoribeiro@icloud.com.

<sup>3</sup> Danilo César Macri Lazare: Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mu\_danilo@hotmail.com.

<sup>4</sup> Wesley Oliveira Furriel: Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: wesley\_furriel@hotmail.com.

**Palavras-chave:** cultura política, partidarismo, filiação partidária, partidos políticos, Brasil

## Determinants of party affiliation in Brazil

### Abstract

Research on misalignment between voters and political parties focusing on democracies that have been consolidated has been frequent in recent decades. The same cannot be said about the new democracies, such as Latin American ones, in which the phenomenon of partisan misalignment appears to have different contours. In the specific case of Brazil, most of the studies that deal with the relationship between the electorate and the parties are devoted to analyzes related to party identification and sympathy, but few have focused on membership. Given the above, this article aims to investigate the determinants of this phenomenon, with special attention on the existence of mediated effects of the level of schooling of individuals on the interest on politics to predict adhesion. To do so, we used data collected in the scope of the World Values Survey (WVS), referring to the year 2014 and the representative sample of the Brazilian population.

**Keywords:** political culture, partisanship, party affiliation, political parties, Brazil

## Determinantes da filiação partidária no Brasil

### 1. Considerações iniciais

Os estudos sobre participação política têm ocupado lugar de destaque na agenda de pesquisas da Ciência Política contemporânea. As investigações sobre o tema apresentam significativa diversidade, apresentando discussões de natureza teórica e conceitual, mas também ampla variedade de análises empíricas sobre tipologias e condicionantes (Teorell, Torcal e Montero, 2007; Norris, 2007; Dalton, Sickle e Weldon, 2009).

Parte importante dessa literatura tem identificado importante recomposição entre as modalidades de engajamento

cívico, com retração das atividades denominadas convencionais e ligadas às instituições clássicas da democracia representativa (Milbrath, 1965; Scarrow, 2000; Mair e van Biezen, 2001; Dalton e Wattenberg, 2002; Webb, Farrell e Holliday, 2002; Putnam, 2003; Seyd e Whiteley, 2004; Norris, 2007; Borba e Ribeiro, 2011). Em contrapartida, aquelas formas classificadas como não convencionais, ligadas principalmente ao protesto político, estariam passando por período de expansão (Inglehart e Catterberg, 2002; Della Porta, 2003; Norris, 2007; Borba e Ribeiro, 2011).

Essa reconfiguração estaria relacionada com o desenvolvimento de uma postura mais crítica dos cidadãos perante as instituições representativas (Norris, 2011), levando os cidadãos à mobilização por repertórios de ação política distintos (Barnes e Kaase, 1979), mais direcionadas a objetivos ou causas específicas.

A situação dos partidos políticos é preocupante em meio ao processo de redução do engajamento. Diversos pesquisadores têm apontado aumento expressivo da desconfiança perante essas instituições, especialmente no contexto das jovens democracias, como as latino-americanas, onde a baixa institucionalização partidária ainda é a regra (Cavarozzi, 1993; Garretón, 1993; Baquero, 2000; Mainwaring, 2001; Alcántara Sáez e Freidenberg, 2002).

Para alguns autores essa desconfiança já tem se convertido em desengajamento partidário, ainda que não possamos falar de um consenso sobre a estabilidade ou a queda de indicadores (Gimenes, 2017). Para Scarrow (2007), que defende a tese do declínio, existem duas razões para o desengajamento partidário e para as mudanças no perfil de seus membros. Primeiramente, seria preciso reconhecer que é necessário um montante significativo de recursos para se filiar, o que levaria os indivíduos a buscarem outras formas menos onerosas para participarem politicamente. Em segundo lugar, os partidos não oferecem mais motivos instrumentais para os cidadãos, desde a esperança para promover um objetivo político coletivo, patrocínio ou entre-

tenimento social. Whiteley e Seyd (2002) apontam que outra dificuldade muitas vezes encontrada diz respeito ao fato de que os partidos políticos se aproximam de seus membros, não raras vezes, por motivos plebiscitários e clientelistas e não por razões democráticas, em favor de uma melhoria pública.

Segundo Witheley (2011), nos últimos anos evidencia-se uma mudança no posicionamento dos partidos em muitas democracias, com acentuado estreitamento de suas relações com o aparato estatal, formando um cartel de partidos financiados pelo Estado, o que transforma muitos voluntários e partidários em burocratas estatais e reduz os incentivos ao engajamento. Ademais, o financiamento dos partidos pelo Estado e o aumento do acesso à informação também contribuem negativamente com o interesse e a necessidade dos partidos de agremiar voluntários e filiados, uma vez que há recursos financeiros e possibilidade de disseminação do programa partidário e do discurso com vistas à eleição por outros mecanismos que não as massas (Katz e Mair, 1995; Witheley, 2011; Dalton, 2013).

Em se tratando especificamente do Brasil, o sistema partidário nacional possui atualmente 35 legendas e é considerado um dos sistemas multipartidários mais fragmentados do mundo por conta de seu alto número de partidos efetivos (Payne, 2007; Dalton, Farrell e McAllister, 2011), o que poderia explicar, ainda que parcialmente, a falta de preferência partidária evidenciada nos últimos anos (Kinzo, 2007) e que dificulta o estabelecimento de lealdades partidárias pelos eleitores (Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015a; Gimenes, 2018<sup>a</sup>, 2018<sup>b</sup>). Contudo, apesar de serem muitos os estudos sobre a relação dos eleitores com os partidos políticos no Brasil no período pós-redemocratização, tais pesquisas se concentram majoritariamente sobre o comportamento eleitoral (Samuels, 1997; Carreirão e Kinzo, 2004; Carreirão, 2007; Pimentel Junior, 2007; Terron e Soares, 2010; Telles, 2012) e a identificação e os sentimentos partidários manifestados pelos eleitores (Kinzo, 2007; Veiga, 2007, 2011;

Carreirão, 2008; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011, 2016; Dias e Ribeiro, 2013; Samuels e Zucco Junior, 2013; Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015b; Gimenes, 2015, 2018a, 2018b; Gimenes et al., 2016).

Os pesquisadores nacionais têm dedicado pouca atenção, até o presente momento, ao tema da filiação partidária (Speck, 2013; Amaral, 2014a, 2014b), que diz respeito ao registro formal de indivíduos como membros de partidos políticos e apresenta dois problemas importantes que podem explicar parcialmente a falta de pesquisas. O primeiro diz respeito ao registro de filiações em órgãos oficiais, alvos de críticas quanto à desatualização permanente tanto no contexto nacional (Nicolau, 2012; Cervi, 2012; Speck, 2013) quanto internacional (Heidar, 2006; van Biezen, Mair e Poguntke, 2012), gerando superestimação dos dados em razão da fragilidade na notificação das desfiliações (Heidar, 2006; Nicolau, 2012; van Biezen, Mair e Poguntke, 2012; Cervi, 2012). Além disso, Heidar (2006) e Speck (2013) atentam para a possibilidade de falsificação de registros, por meio da inscrição de membros sem seu conhecimento. O segundo problema diz respeito à efetividade da atuação dos filiados, uma vez que muitos estão apenas formalmente vinculados aos partidos. É preciso considerar ainda que a intensidade da participação daqueles que, de fato, se engajam nas atividades partidárias tem se reduzido com o passar dos anos, segundo apontam resultados de pesquisas realizadas em democracias consolidadas (Whiteley e Seyd, 1998, 2002; Mair, 2003; Witheley, 2011; Dalton, 2013).

Procurando enfrentar esses problemas e contribuir para a compreensão desse fenômeno ainda pouco estudado no cenário brasileiro, este artigo tem por objetivo investigar os determinantes da filiação partidária entre os cidadãos nacionais. Essa tarefa foi iniciada em trabalho anterior (Lazare, Gimenes e Furriel, 2015), que identificou a escolaridade como fator bastante relevante, de modo que agora procuramos mais especificamente nos dedicar à identificação dos mecanismos pelos quais essa influência é exercida. Para

tanto, testamos a hipotética existência de mediação protagonizada pelo interesse por política, que supostamente promoveria a conexão entre o indicador educacional e o comportamento político efetivo dos brasileiros.

## 2. Filiação partidária, educação e democracia

O envolvimento dos cidadãos nas instituições partidárias é apontado pela literatura especializada como vital para as democracias contemporâneas e depende de vários condicionantes, individuais e de contexto. Esse ativismo partidário não está deslocado do engajamento cívico geral, de modo que um olhar sobre a literatura mais ampla a respeito do comportamento político participativo pode ser interessante como ponto de partida.

Boa parte dessa literatura tem se dedicado à identificação dos condicionantes ou determinantes do ativismo político, destacando um conjunto de habilidades e recursos necessários ao engajamento. Dentre esses recursos, Almond e Verba (1989 [1963]), em seu estudo pioneiro sobre a cultura política de cinco nações, destacaram a cognição como importante variável de sofisticação política, capaz de aumentar a probabilidade de participação.

Desenvolvido a partir de constatações desta natureza, o modelo do engajamento cognitivo é uma das abordagens mais utilizadas no estudo do fenômeno participativo. Em termos sumários, a proposta relaciona o engajamento à capacidade do indivíduo em entender e processar informações sobre a relação política-sociedade (Dalton, 1984, 2005, 2008; 2013; Inglehart, 1990; Norris 2000). Os principais fatores explicativos seriam a educação, o interesse por política e o conhecimento sobre política. Nesse modelo, a educação ocupa posição central, pois é através dela que o indivíduo adquire competências para entender e dar sentido à política ao seu redor.

Almond e Verba (1989 [1963]) identificaram que os cidadãos com maior escolaridade são mais ativos em suas comunidades, bem como mais informados politicamente e

mais tolerantes. Seguindo essa linha de pesquisas, outros estudos também associam as habilidades cognitivas com o engajamento político, com contribuições expressivas ao comparecimento eleitoral, ao ativismo político e ao engajamento partidário (Inglehart, 1990; Dahl, 1997; Dalton, 2006, 2007). Miller e Klobucar (2000) também demonstram que a educação é fortemente relacionada com o conhecimento político, sendo fundamental para explicar o engajamento nas instituições democráticas.

Tais argumentos constituem a base do modelo de engajamento cognitivo (Dalton, 2008, 2013), que postula que a participação partidária é uma forma de mobilização à qual se associam em maior medida cidadãos com maior escolaridade, com maior sentimento de eficácia política subjetiva, maior relacionamento com assuntos políticos por meio de conversas, maior acesso a informações, maior ativismo eleitoral e participação mais recorrente em associações voluntárias.

Neste modelo teórico, dois elementos devem ser destacados. Em primeiro lugar, a capacidade dos cidadãos em processar as informações políticas, cuja elevação é evidenciada pela literatura especializada em decorrência do aumento dos níveis educacionais e de sofisticação política dos indivíduos (Dalton, 2013). Em segundo lugar, o custo de aquisição das informações políticas tem diminuído sensivelmente nos últimos anos por conta da expansão dos meios de comunicação como televisão, rádio e principalmente a internet, o que expande as possibilidades dos cidadãos de se manterem informados (Norris, 1999). Assim, os cidadãos têm acesso, atualmente, a mais recursos e habilidades para melhor compreender as complexidades da política e tomar as próprias decisões.

Dentro deste modelo é explorada empiricamente a relação entre indivíduos que gozam de mobilização cognitiva (como medida combinada entre escolaridade e interesse por política) e são partidários e aqueles que possuem sofisticação política mas não são engajados em instituições

partidárias, sendo que nesse segundo grupo uma parcela é, inclusive, contrária à existência de partidos políticos. O crescimento do segundo grupo, denominados *nonpartisans* ou apartidários, é evidenciado tanto nos Estados Unidos quanto em democracias europeias, com maior concentração entre os jovens, com altos níveis educacionais e de sofisticação política (Dalton, 2013).

Outro modelo teórico que auxilia na compreensão sobre a participação em partidos políticos é o modelo do voluntarismo cívico. Baseado nos achados empíricos de Verba e Nie (1972) acerca da relação entre o status social dos indivíduos (caracterizado pelo tipo de trabalho, o tempo disponível, as competências cívicas, o nível de escolarização e a renda familiar dos indivíduos) e seus padrões de envolvimento político. Posteriormente, Verba e outros teóricos incorporaram ao modelo outras variáveis, como a eficácia política subjetiva. A hipótese defendida pelo modelo é a de que cidadãos com maiores recursos tendem a ser mais motivados a participar (Verba, Scholozman e Brady, 1995).

O modelo teoriza que os cidadãos ficam inativos pela falta de recursos (tempo, dinheiro e competências cívicas), por não se envolverem psicologicamente com a política ou ainda por não estarem conectados às redes de recrutamento político (Verba, Scholozman e Brady, 1995). A educação também desempenha um importante papel, assumindo caráter de recurso essencial, capaz de proporcionar a um cidadão inativo a possibilidade de se tornar politicamente engajado. Cabe salientar que apesar de desenvolvido no contexto político americano, o modelo foi posteriormente utilizado para explicar a participação política em outros países, o que faz dele uma referência dentre os estudos sobre a participação partidária (Witheley, 2011).

Os modelos do engajamento cognitivo e do voluntarismo cívico têm sido testados por diversos autores, dentre os quais destacamos os trabalhos de Dalton (2013), que utilizou a tese da mobilização cognitiva para analisar o perfil do eleitorado norte-americano, e de Witheley (2011), que

trabalhou com ambos os modelos em sua análise sobre a participação partidária em um grupo de trinta e seis democracias contemporâneas. Os resultados das duas pesquisas convergiram com os demais, anteriormente citados, e apontam que o declínio do engajamento partidário e a crise dos partidos políticos afetam as democracias consolidadas de modo geral. Como tal, esta suscita pareceres divergentes dos pesquisadores, cujos posicionamentos apontam argumentos otimistas e pessimistas sobre o futuro dos partidos, os quais devem incidir diretamente sobre as democracias nacionais.

Já no início do século, Baquero (2000) afirmou que o problema não era a redução da participação partidária, mas encontrar uma maneira de aperfeiçoar o sistema atual de modo a proporcionar uma melhor qualidade de representação política. Entretanto, o autor se declarou consciente de que não havia, naquele momento, um consenso sobre o papel que os partidos políticos desempenhavam, de fato, na construção dos sistemas democráticos, uma vez que era possível verificar uma aceitação formal das organizações pelo eleitorado, ao mesmo tempo em que tais indivíduos não lhes atribuíam legitimidade. Em tom mais pessimista, o discurso de Mair (2000) era de que a crise dos partidos políticos conduziria as democracias à despolitização do eleitorado, com conseqüente e crescente desinteresse por assuntos relacionados à política.

Sobre o papel dos partidos políticos nas democracias atuais, Witheley (2011) afirma que tais organizações têm perdido membros (filiaados e ativistas) por conta de sua função praticamente marginal no recrutamento de candidatos, na eleição de líderes e no processo de formulação de políticas mais gerais e alerta que o declínio da identificação partidária no eleitorado pode trazer conseqüências graves para as democracias contemporâneas, uma vez que os partidos ajudam no processo de agregação de interesses políticos diversos. O enfraquecimento dos partidos pode, portanto, dificultar a governabilidade em razão da

diminuição do sentimento de legitimidade deste junto ao eleitorado.

Sobre o caso norte-americano, Dalton (2013) afirma que uma parcela da academia demonstrou preocupação quando do enfraquecimento do partidarismo, entendendo que tal fato teria consequências negativas à democracia, tais como a diminuição do comparecimento eleitoral, a fluidez nas opiniões e opções de voto dos eleitores e ceticismo sobre o processo e as instituições representativas. Entretanto, as implicações do desalinhamento dependem das atitudes políticas e dos comportamentos dos eleitores não engajados.

Considerando o argumento pessimista de que o partidarismo pode ser sinônimo de falta de visão, de vontade e de compromisso e uma tendência a posicionar os interesses do partido à frente daqueles dos eleitores e da nação, o cidadão ideal seria aquele que faz escolhas políticas de maneira objetiva, sem vínculo emocional com um partido político. Sob essa perspectiva, é positivo o movimento de enfraquecimento dos laços afetivos dos indivíduos com os partidos políticos nos Estados Unidos (Dalton, 2013). Por outro lado, há pesquisas que identificaram que nem todos os indivíduos não engajados acompanham o noticiário sobre política, entendem os discursos políticos e escolhem seus candidatos a partir de uma preocupação com a participação efetiva nas eleições, o que exige cautela na análise sobre o declínio da participação partidária (Norris, 1999).

Sobre tais conclusões, cabe reiterar que derivam de pesquisas teóricas e empíricas conduzidas em sociedades industriais avançadas, com contextos econômicos, sociais e políticos bastante distintos daqueles verificados em democracias recentes, como as da América Latina, incluído o Brasil, sobre o qual nos debruçamos neste artigo.

### **3. Filiação partidária no Brasil**

A presente seção apresenta uma síntese dos poucos trabalhos publicados no Brasil sobre a filiação partidária no período recente pós-redemocratização, começando pelo re-

cente trabalho de Speck (2013). Ressalvadas as críticas e dificuldades relacionadas à utilização de dados oficiais de filiação, esse utilizou dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e identificou que no período entre 2002 e 2012 “a taxa de filiação gira em torno de 10% da população apta a votar, e que a taxa está com tendência crescente, porém em ritmo moderado” (p. 57).<sup>5</sup> Além disso, por meio de dados de novas filiações para o período de 1980 a 2012, com interstícios de meses entre as atualizações dos dados, Speck (2013) também identificou movimentos de elevação nos doze meses que antecedem as eleições municipais. Um terceiro achado, derivado do segundo e encontrado em decorrência de testes multivariados, foi a relevância de fatores relacionados ao momento eleitoral para a elevação dos números de novos filiados, sendo que o número de candidatos a vereador no município e o tamanho da localidade são preditores do aumento das filiações. Em movimento semelhante, partidos que lançaram candidatos próprios nas últimas eleições tendem a agregar maior quantidade de novos membros.

As análises empreendidas por Amaral (2014a; 2014b) e Ribeiro (2014) decorrem de dados coletados no âmbito do projeto “Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)”, no qual foram entrevistados, no último trimestre de 2013, 445 membros dos 10 maiores partidos brasileiros, na capital do estado e em outros 21 municípios.<sup>6</sup> Tal pesquisa é “[...] o primeiro *survey* conduzido exclusivamente com filiados a partidos políticos no Brasil” (Amaral, 2014a, p. 2).

---

<sup>5</sup> Dados oficiais do TSE, atualizados em 2014, apontam à manutenção do percentual de filiados a partidos políticos no Brasil com relação à 2012.

<sup>6</sup> Os partidos considerados na pesquisa foram PT (Partido dos Trabalhadores), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PDT (Partido Democrático Trabalhista) à esquerda, PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e PPS (Partido Popular Socialista) ao centro e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PP (Partido Progressista), PR (Partido da República) e DEM (Democratas) à direita. Uma nota metodológica da pesquisa consta em Amaral (2014a).

O perfil dos cidadãos filiados aos partidos contemplados pela referida pesquisa aponta que tais indivíduos são majoritariamente do sexo masculino, com idade superior à média da população, assim como mais escolarizados e possuidores de maiores rendimentos financeiros. Ademais, parcela expressiva dos filiados é composta por funcionários públicos, “[...] um dado importante que demonstra a importância que os recursos estatais têm para a manutenção das atividades dos partidos políticos no Brasil” (Amaral, 2014a, p. 4-5).

Amaral (2014a) buscou determinantes da filiação partidária no estado de São Paulo por meio de regressões que tomaram variáveis relacionadas aos modelos do voluntarismo cívico, da escolha racional e dos incentivos gerais como medidas independentes. Os resultados confirmaram a capacidade preditiva das teorias testadas sobre a forma de partidário em debate.

Em outro artigo, o mesmo autor destaca a importância de redes associativas prévias na decisão dos indivíduos de se filiar a um partido, haja visto que uma das principais maneiras de ingresso nas legendas foi a sugestão de amigos ou familiares. Sobre a intensidade da participação, os números apresentados relevam altos percentuais de envolvimento em atividades partidárias e também de tempo dedicado para tanto, sendo que mais de um terço dos respondentes declarou comprometer ao menos 20 horas mensais a tarefas vinculadas ao partido. Diante desse conjunto de achados, a conclusão de Amaral (2014b, s/n) é de que “os dados também demonstram a existência de estruturas partidárias capazes de atrair eleitores para as agremiações e que os partidos contam com redes associativas que recrutam novos membros”, um indicativo de que os partidos são importantes no cenário político brasileiro, assim como já afirmaram Meneguello (1998), Figueiredo e Limongi (1999) e Braga (2010), dentre outros autores.

Ribeiro (2014) analisou o ativismo partidário dos filiados aos principais partidos políticos brasileiros e corroborou o resultado de Amaral (2014b) de que tais indivíduos

participam das atividades desenvolvidas pelos partidos. Para além desse resultado, o autor apontou ainda que os filiados pagam contribuições às legendas, doam dinheiro para as campanhas e boa parte já trabalhou em posições remuneradas nas instituições partidárias em que são filiados. Em se tratando dos valores desses cidadãos, Ribeiro (2014) verificou forte crença na eficácia da participação política, manifestação favorável ao comparecimento eleitoral mesmo sem obrigatoriedade e entendimento de que seu partido influencia o cenário político nacional. Outro importante achado diz respeito às principais funções atribuídas aos partidos, quais sejam: promover ideias e ideologias, representação social e recrutamento político. Um último ponto de destaque é a diferenciação dos filiados ao PT com relação aos demais partidaristas.

Lazare (2014) realizou uma análise que consideramos prévia à que empreendemos neste artigo. A partir de dados de opinião pública do *World Values Survey* (WVS) para 1991 e 2006 e do *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES) para 2002, o autor expôs os perfis descritivos dos eleitores filiados e não filiados a partidos políticos no Brasil. Entre seus resultados há algumas semelhanças com aqueles do projeto “Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994–2014)”, apesar das distintas amostras analisadas: sobrerrepresentação masculina, maior concentração na faixa etária de 30 a 49 anos, maior escolaridade e renda familiar e forte interesse por política.

Speck, Braga e Costa (2015) analisaram dados decorrentes da última onda do Estudo Social Brasileiro (ESEB) de 2014 acerca da filiação e da identificação partidária no país. Os autores verificaram as relações entre filiação, proximidade e empatia com partidos políticos, bem como sua capacidade preditiva sobre o posicionamento no espectro ideológico, o ativismo político, o associativismo e as escolhas eleitorais, para as quais diferentes modalidades de envolvimento com partidos implicam em distintos efeitos: a fi-

liação prediz apenas ativismo político e associativismo, ao passo que a identificação partidária têm efeitos diferentes sobre cada uma das quatro dimensões analisadas.

Lazare, Gimenes e Furriel (2015) buscaram identificar, em estudo preliminar, os determinantes da filiação partidária no Brasil. Após busca detalhada em bancos de dados, localizaram distintas variáveis referentes à temática entre 2002 e 2014, para as quais testaram a capacidade preditiva de características sociais e atitudinais e verificaram ausência de efeito de sexo, pouca relevância das faixas etárias e escolaridade, expressiva e recorrente predição do interesse por política e efeitos pontuais de participação contestatária, conversas sobre política e busca por informação.

Os mesmos autores realizaram também uma análise a partir de dados locais, coletados no município de Maringá (PR), cujos resultados permitiram caracterizar os cidadãos partidários quanto a atributos sociodemográficos e atitudinais, bem como apontaram o relacionamento da modalidade de partidarismo em pauta com a maioria dos indicadores relacionados às teorias da mobilização cognitiva e do engajamento cívico. Além dessas considerações, os autores verificaram ainda que os filiados apresentam maior refinamento cognitivo e status social que demais cidadãos, ainda que o eleitorado municipal como um todo seja mais sofisticado politicamente (Gimenes, Furriel e Lazare, 2015).

Diante dos resultados deste conjunto de pesquisas, o presente artigo contribui à discussão ao testar a hipótese de que efeito reduzido da escolarização sobre a filiação partidária decorreria da presença da medida de interesse por política no mesmo modelo analítico, o que poderia relevar que tal modelo omitiria uma relação de mediação. Postulamos, portanto, que o mecanismo pelo qual a escolaridade afeta a filiação partidária passa pelo desenvolvimento ou incremento do interesse por política. Não se trata, desta forma, de apenas afirmar a relevância dessa dimensão cognitiva para o engajamento partidário, mas de oferecer informações sobre o mecanismo subjacente a esse efeito.

#### 4. Determinantes da filiação partidária no Brasil

Como já apontamos anteriormente, o estudo de Lazare, Gimenes e Furriel (2015) identificou de maneira longitudinal os efeitos de vários indicadores sociodemográficos e atitudinais sobre a filiação partidária. Nosso intuito, neste artigo, é um olhar mais detalhado sobre os fatores que se mostraram relevantes, considerando apenas as informações mais recentes, para na sequência passar à investigação sobre a natureza direta ou indireta desses impactos. Inicialmente consultamos as bases de dados disponíveis sobre o tema e constatamos que as informações coletadas pelo projeto *World Values Survey* (WVS) em sua onda de 2014 se adequam às nossas necessidades. Nossa variável dependente foi obtida por meio da pergunta "Pertence a algum partido político?" e os preditores testados foram: sexo, idade, escolaridade, interesse por política, conversas sobre política, acesso à informação e participação contestatória.<sup>7</sup>

Procurando caracterizar o quadro da filiação no contexto nacional, compilamos também outras fontes de informações, como o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e o Latinobarômetro e identificamos que no período recente pós-redemocratização, entre 1991 e 2006, o partidarismo oscilou entre cerca de 5 a 7%, o que coloca o país em condição semelhante àquela verificada em democracias consolidadas europeias, nas quais as taxas de filiação variam entre 5 e 15% (van Biezen, Mair e Poguntke, 2012). No entanto, em 2014 há uma expressiva redução da medida, que atinge apenas 2,4% dos brasileiros.

Sobre tal redução, destacamos inicialmente a dificuldade de determinação do momento exato de ocorrência, uma vez que o espaço temporal sem dados de opinião pública disponíveis de 8 anos é relativamente longo e, em se tratando de dados oficiais, a taxa de filiação tem se mantido estável nos últimos anos. A hipótese que apontamos como influente sobre tal redução, ainda que parcialmente, é de

---

<sup>7</sup> Informações sobre escalas e codificações das variáveis constam no Anexo.

que os protestos ocorridos em 2013 no Brasil tenham surtido efeito negativo sobre a variável analisada. Nos meses de junho e julho, mais especialmente no primeiro, milhões de cidadãos foram às ruas em mais de cem municípios brasileiros. A motivação inicial da onda de protestos foi a oposição entre o direito à cidade e ao transporte público e o aumento do preço das passagens, mas ainda em junho as pautas se multiplicaram e os movimentos se tornaram plurais.

Em 20 de junho, cerca de três milhões de pessoas foram às ruas. Nesse dia, ganhou força a ideia de expulsão de bandeiras partidárias das manifestações (Secco, 2013; Sakamoto, 2013; Santos, 2013). Segundo Secco (2013, p. 74), “a mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara partidário se tornava então antipartidário”. Gritos como “Abaixo os partidos políticos” (Sakamoto, 2013, p. 98) e cartazes com as frases “Ditadura já!” e “O povo unido não precisa de partidos” (Santos, 2013, p. 18) ganharam destaque nas ruas e nos meios de comunicação. Numa análise sobre notícias e reportagens veiculadas na segunda metade do mês de junho de 2013, Borba, Gimenes e Ribeiro (2015b) identificaram o discurso, em diversos veículos de mídia, sobre uma crise de representação, destacada pelo descrédito das instituições políticas e que seria um indicativo de problemas do desempenho e da estabilidade do regime democrático no país.

Tal hipótese não é passível de confirmação estatística por conta da ausência de dados específicos, assim como os efeitos das jornadas de junho ainda carecem de melhor significado (Singer, 2013). Contudo, nosso entendimento é de que, em alguma medida, a visão negativa amplamente atribuída aos partidos durante tal onda de protestos surtiu algum efeito sobre a declaração de filiação partidária, ainda que seja por parte daqueles que estão formalmente vinculados aos partidos mas não participam de suas atividades ou daqueles que não se recordam de sua condição pelo afastamento das legendas, o que é plausível de ocorrência quan-

do da coleta de dados de opinião pública (Heidar, 2006; van Biezen, Mair e Poguntke, 2012; Cervi, 2012).

Inicialmente, buscamos identificar os preditores sociodemográficos da filiação partidária no país. Para tanto, construímos um modelo de regressão (Tabela 1) que toma tal variável como dependente e sexo, idade e escolaridade como independentes. Por conta da recorrente relação verificada entre escolaridade e renda em estudos que aplicam o modelo da centralidade social, bem como nos estudos existentes sobre partidarismo no Brasil, optamos pela não inserção desta última variável nos modelos, o que contribui, inclusive, para a elevação do número de casos válidos, já que não são raros os *missings* para a variável renda.

**Tabela 1.**  
**Preditores sociodemográficos da filiação partidária**  
**no Brasil (2014)**

Sexo	0,73
Idade (30 a 59)	3,21
Idade (60 ou+)	5,43*
Escolaridade média	4,30**
Escolaridade alta	1,21
Constante	,01***

\*\*\* sig = ,000 \*\* sig = ,001 \* sig ≤ ,050

Fonte: WVS, 2014.

Ao inserir o sexo dos entrevistados, nossa intenção foi dialogar com diagnósticos negativos recentes acerca da desigualdade política entre homens e mulheres, tanto no que diz respeito à representação, quanto ao engajamento direto dos cidadãos em distintas modalidades de participação política (Heidar, 2006; Norris, 2011; Ribeiro, 2011; Whiteley, 2011; van Biezen, Mair e Poguntke, 2012). Ademais, buscamos confirmar a sobrerrepresentação masculina entre os filiados a partidos políticos, assim como apontam os resultados de Amaral (2014a; 2014b) e Ribeiro (2014) entre os filiados aos maiores partidos paulistas, de Lazare (2014) pa-

ra a população nacional e de Witheley (2011) e Van Biezen, Mair e Poguntke (2012) para democracias consolidadas.

Apesar de Lazare, Gimenes e Furriel (2015) terem identificado a predominância masculina analisando dados de 1991 e 2002, utilizando os dados mais recentes de 2014 não é possível falar de sobrerrepresentação de homens no interior dos partidos políticos no Brasil. Desta maneira, a condição de gênero dos brasileiros, destacada nos estudos publicados até o momento, não se apresenta como preditora estatisticamente significativa do fenômeno em questão. Diante de tal constatação, nossa hipótese é de que a inclusão de indicadores de sofisticação política apontaria a pouca relevância da condição sexual dos indivíduos sobre seu engajamento formal em partidos, o que representaria um ganho analítico com relação aos resultados expostos por Amaral (2014a; 2014b), Ribeiro (2014) e Lazare (2014), baseados em análises descritivas sobre a filiação partidária no Brasil.

Com relação à idade, consideramos o argumento de Dahl (1997) de que a cultura política de indivíduo é construída nas primeiras décadas de vida, bem como os achados de O'Neill (2001), que afirma que os jovens estão dispostos a se envolver politicamente, porém o fazem por meio de formas não tradicionais de participação, e de Inglehart (1990), que destaca que os jovens preferem formas mais diretas e igualitárias de participação, ao invés de formas hierárquicas mais tradicionais, como os partidos políticos. A participação seria, então, influenciada pelos constrangimentos e oportunidades que cada etapa da vida oferece, apresentando um efeito curvilíneo em relação à idade, começando relativamente baixa entre os indivíduos jovens, atingindo seu ápice na idade adulta e regredindo na velhice a padrões semelhantes à juventude (Milbrath, 1965).

A opção por separar a variável idade em categorias ao invés de considerá-la como medida contínua teve o intuito de testar argumentos de teóricos como Norris (1999) e Dalton (2013), que afirmam que o engajamento dos indivíduos em instituições tradicionais e hierarquizadas, co-

mo os partidos, se dá majoritariamente no período da vida em que os cidadãos já concluíram sua escolarização, constituem família e estão inseridos no mercado de trabalho. Tomando como categoria de referência os indivíduos mais jovens, com até 29 anos, identificamos maior tendência de filiação entre indivíduos do grupo etário mais velho (com 60 anos ou mais). Nesse sentido, confirmamos achados de Amaral (2014a; 2014b), Ribeiro (2014) e Lazare (2014) acerca do maior envolvimento nessa instituição dos grupos mais experientes.

Quanto à escolaridade, esta foi incluída com a expectativa de encontrar efeito positivo sobre a variável dependente, já que se trata de um atributo fortemente associado ao desenvolvimento de habilidades cívicas (Verba, Schlozman e Brady, 1995) e ao engajamento cognitivo (Dalton, 2013), bem como tratada como preditora do engajamento em suas mais variadas formas (Borba e Ribeiro, 2011) e especificamente do engajamento partidário (Dahl, 1997; Witheley, 2011). Contudo, há também autores que afirmam que o aumento da escolarização dos cidadãos é um dos fatores aos quais se associa diretamente a perda da importância do partidário nas democracias modernas (Baquero, 2000; Putnam, 2002), bem como ao desenvolvimento de cidadãos mais críticos (Norris, 1999).

Diante de tais argumentos, tomamos indivíduos com escolaridade baixa (até ensino fundamental completo) como categoria de referência e buscamos identificar efeitos positivos relacionados aos ensinos médio e superior. Com relação à escolarização média, os resultados apontam sua capacidade preditiva positiva sobre a filiação partidária, o que significa que brasileiros que concluíram o Ensino Médio apresentaram maior chance de se filiarem a partidos do que aqueles que possuem baixa escolaridade. Já no tange ao ensino superior o efeito perde significância, indicando que brasileiros com maior escolarização não tendem a se filiar a partidos na mesma proporção que aqueles com ensino médio, ambos em comparação com indivíduos pouco esco-

larizados. Desta maneira, tais resultados demonstram a importância da variável escolaridade na explicação da filiação partidária no Brasil, ainda que seu efeito não seja linear e crescente.

Para além da caracterização sociodemográfica dos filiados a partidos políticos no Brasil, buscamos verificar preditores atitudinais e comportamentais desses indivíduos. Para tanto, ampliamos os modelos apresentados na tabela anterior com inclusão das variáveis interesse por política, participação não convencional, conversas sobre política e acesso à informação.

**Tabela 2.**  
**Preditores sociodemográficos e atitudinais da filiação partidária no Brasil (2014)**

Sexo	0,941
Idade (30 a 59)	3,098
Idade (60 ou+)	5,815*
Escolaridade média	0,812
Escolaridade alta	1,704
Interesse por política	6,665***
Participação não convencional	1,316
Conversas sobre política	1,225
Acesso à informação	1,176
Constante	0,001***

\*\*\* sig = ,000 \*\* sig = ,001 \* sig ≤ ,050

Fonte: WVS, 2014.

O interesse por política foi incluído no modelo por conta do entendimento de que as medidas manifestadas pelos indivíduos poderiam indicar diferentes valores em termos de cultura política (Moisés, 1992; Albuquerque, 1992; Balbachevsky, 1992; Dahl, 1997; Ribeiro, 2011). Tal característica, presente entre os ativistas políticos (Dahl, 1997; Baquero, 2000) e competência essencial à mobilização cognitiva dos indivíduos (Dalton, 2013), se destaca por ser o indicador com maior razão de chance de contribuir positivamente para a filiação partidária entre os brasileiros.

A participação política não convencional tem sido amplamente apontada como associada a modalidades tradicionais de engajamento político tanto entre populações de democracias consolidadas (Della Porta, 2003; Norris, 2007; Dalton, 2013), quanto em jovens democracias latino-americanas (Borba e Ribeiro, 2011) e, especificamente, no Brasil (Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015c). No entanto, tais estudos consideram modalidades de envolvimento político distintas daquela que exploramos neste artigo, de modo que julgamos pertinente testar a capacidade preditiva da participação contestatória sobre a filiação partidária. O resultado que encontramos indica que o envolvimento em atividades de protesto não se relaciona com o engajamento em partidos políticos, ou seja, tais modalidades não são consideradas repertórios de ação política pelos mesmos cidadãos no Brasil.

Segundo Dalton (2013), o conhecimento sobre política é um dos fatores que tem contribuído para a aproximação do eleitor norte-americano daquele modelo ideal da Ciência Política: o eleitor racional. Tal argumento se baseia nos resultados da pesquisa empreendida pelo referido autor, a qual identificou que os norte-americanos têm decidido cada vez mais próximos ao pleito sobre seu voto, de modo que discussões sobre política, a busca por informações e a capacidade de autoavaliação sobre o conhecimento político se tornam cada vez mais características associadas ao refinamento cognitivo do eleitorado. Em nosso modelo, entretanto, essa variável não atingiu nível de significância estatística exigido, muito provavelmente pela presença do interesse por política, que além de estar bastante relacionado com o hábito de conversar sobre tais assuntos, apresenta efeito bastante destacado.

Por fim, a última variável incluída no modelo identifica a frequência de busca por informação pelos entrevistados. Ainda que seja uma medida pouco recorrente, utilizamos esse indicador como *proxy* de sofisticação política, apoiados no argumento de Dalton e Wattenberg (2002) e de Fonseca (2013)

de que a referida variável demonstra o interesse dos indivíduos por assuntos em geral, incluídos aqueles relacionados à vida pública, de modo a contribuir, em alguma medida, com o desenvolvimento da capacidade do eleitor de avaliar o jogo político. Segundo Dalton (2013), o partidarismo é uma forma de mobilização a qual se relacionam, dentre outros fatores, maior proximidade com assuntos políticos por conta da intensidade ou frequência de acesso às informações. Nossa expectativa inicial era de encontrar efeitos positivos dessa medida sobre a variável dependente, mas, de forma semelhante à frequência de conversas sobre política, isso não se confirmou. Novamente nossa hipótese para a ausência desse efeito é o protagonismo do interesse por política no modelo.

É preciso destacar questões importantes sobre os dois modelos. A primeira delas diz respeito à perda de efeito da escolaridade no segundo modelo, especialmente porque o efeito da formação de ensino médio teve impacto bastante expressivo na primeira equação. A segunda diz respeito à ausência de efeitos de importantes variáveis como acesso à informação e frequência de conversas políticas no segundo modelo. Essas duas questões estão, ao nosso ver, relacionadas à presença no segundo modelo da variável de interesse por política, que, em razão da sua destacada influência, estaria reduzindo drasticamente a magnitude dos efeitos de todos os demais preditores.

É justamente essa hipótese que passamos a testar na próxima seção, procurando identificar em que medida esse forte preditor pode atuar como variável mediadora entre os recursos cognitivos advindos da escolaridade e a filiação partidária. Destacamos, nesse sentido, que nossa investigação dialoga com a tese de Gimenes (2015), que identificou que a inclusão da variável "interesse por política" anularia os efeitos sociodemográficos sobre a simpatia partidária entre os eleitores da América Latina, resultado inédito até então, uma vez que o indicador de competência política foco desta análise ainda não havia sido incluído em análises empíricas sobre a temática.

## 5. Efeitos diretos e mediados da educação sobre a filiação partidária no Brasil

A hipótese que procuramos testar nessa seção envolve a identificação dos efeitos diretos e mediados da escolaridade e do interesse por política, de modo que postulamos que *a escolaridade afeta indiretamente e de forma positiva a filiação partidária ao favorecer o desenvolvimento do interesse por política.*<sup>8</sup>

Para a realização do teste, lançamos mão de um modelo estatístico que combina técnicas adequadas para variáveis escalares, como a independente e mediadora, e também para medidas discretas, como nossa variável dependente binária. Em síntese, se faz necessário procedimento que utilize ao mesmo tempo regressão linear e logística e que seja capaz de captar efeitos diretos e mediados.

O cálculo dos efeitos indiretos tem sido efetuado por meio de distintas abordagens pelos pesquisadores nos últimos anos (Mackinnon, Warsi e Dwyer 1995; Kenny, Kashy e Bolger, 1998), mas todas partem de algumas pressuposições e condições que só podem ser asseguradas quando todas as variáveis são contínuas. Quando ocorre a combinação de variáveis dessa natureza com medidas qualitativas a violação das condições passa a inviabilizar a análise. Em razão da crescente necessidade de combinação de variáveis medidas em diferentes níveis, pesquisadores têm proposto soluções para estimativas confiáveis (Kenny, 2015).

Uma dessas propostas passa pela padronização dos coeficientes antes da computação dos efeitos indiretos, buscando garantir condições de comparabilidade dos coefi-

---

<sup>8</sup> Destacamos que tomamos por filiados os indivíduos que responderam afirmativamente a tal indagação quando da aplicação do questionário do WVS. Assumimos as limitações decorrentes de tal utilização, uma vez que a composição amostral da pesquisa não toma tal variável como indicador para desenho de amostra, bem como salientamos que o registro que confere legalidade formal à filiação partidária é alvo de críticas e ponderações, conforme apontamos anteriormente neste artigo. Isto posto, consideramos a escolaridade como variável independente, a filiação partidária como variável dependente e o interesse por política como mediador.

cientes gerados pelos diferentes modelos necessários à análise dos efeitos diretos e indiretos. Sem tal procedimento a comparação é inviável, uma vez que em regressões baseadas nos mínimos quadrados ordinários (MQO, ou OLS na sigla em inglês), a variância residual do modelo sofre alterações quando variáveis são adicionadas ou removidas da equação, enquanto nos modelos logísticos permanece fixa (Kenny, 2015). Com essa diferença a escala dos coeficientes estimados varia, tornando inviável tal análise comparativa.

A padronização sugerida pelo autor utiliza, para os modelos baseados em MQO, os desvios-padrão das variáveis observadas e, para os logísticos, o desvio-padrão de uma medida latente para a variável binária envolvida na análise. Uma vez que os coeficientes são padronizados, os efeitos indiretos são calculados como o produto dos coeficientes.<sup>9</sup>

As figuras abaixo ilustram os passos que compõem esse modelo de análise. No primeiro passo (Figura 1), é avaliada a existência de efeito da variável independente (VI) sobre a variável dependente (VD), configurando, assim, o “caminho” *c*. A Figura 2 representa os três passos seguintes: *a*, relativo ao efeito da VI sobre a variável mediadora (M); *b*, sobre o efeito da M sobre a VD; e, finalmente, *c'*, que representa o efeito mediado da VI sobre a VD (Kenny, Kashy e Bolger, 1998).

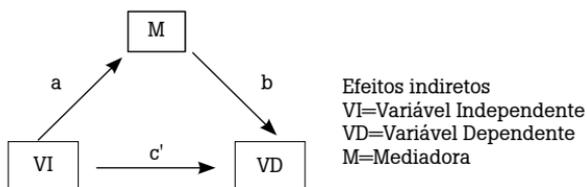
**Figura 1.**  
**Efeito direto**



Fonte: Elaborada pelos autores.

<sup>9</sup> Para testar nossas hipóteses, adotamos essa abordagem com o emprego do comando *binary\_mediation* no Stata. Como essa ferramenta não calcula os erros padrões e intervalos de confiança, utilizamos também o comando *bootstrap*.

Figura 2.



Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 3 apresenta uma síntese dos resultados desse modelo. O primeiro passo da análise exige a confirmação dos efeitos diretos da escolaridade sobre a probabilidade de filiação partidária (VD), que chamamos de caminho *c*. Os resultados indicam a existência de efeito estatisticamente significativo de ,153, de modo que seu exponencial aponta que cada avanço na escala de escolarização eleva em 15,3% a chance de ser filiado a um partido político. É importante destacar que esse efeito não é controlado por variáveis sócio-demográficas, como sexo e idade, já que a técnica utilizada para calcular os efeitos diretos e indiretos não permite essa inclusão. Tais controles foram efetuados anteriormente nos modelos apresentados nas Tabelas 1 e 2. A análise do caminho *a* indicou que a escolaridade também afeta de forma significativa a medida de interesse por política.

**Tabela 3.**  
**Efeitos diretos e mediados da escolaridade e interesse sobre a filiação partidária no Brasil (2014)**

	Variáveis	B	Sig.
Escolaridade sobre filiação partidária	Escolaridade	,153 (.015)	,000
	Constante	,584	,000
Escolaridade sobre interesse por política	Escolaridade	,224 (.102)	,028
	Constante	-4,475	,000
Escolaridade e interesse sobre filiação partidária	Escolaridade	,016 (.099)	,869
	Interesse	,149 (.241)	,000
	Constante	-6,398	,000

Efeito Indireto = ,164 (.006)\*

Efeito Direto = ,012 (.054)*	Proporção do Efeito Mediado = ,933
Efeito Total = ,176 (.055)*	Razão de Efeito Indireto/Direto = 13,847
Efeito caminho c=,206	Razão do Efeito Total/Direto = 14,847

Fonte: WVS, 2014.

Nota: \* erros padrões calculados pelo método *Bootstrap*.

Finalmente, ainda na Tabela 3, devemos considerar os efeitos desse indicador educacional e do interesse em uma mesma equação que toma como variável dependente a filiação. Podemos observar que a variável independente deixa de ser um preditor estatisticamente significativo, o que indica que seu efeito pode se dar de forma indireta, mediado pelo interesse, que continua sendo significativo, aumentando a probabilidade de filiação em quase 15% a cada mudança positiva na sua escala.

Todavia, como na tabela acima o modelo apresentado na linha 1 é logístico e o da linha 2 é baseado nos mínimos quadrados ordinais, a conclusão sobre a magnitude dos efeitos que dizem respeito à mediação não pode ser facilmente estabelecida pela simples subtração (Baron e Kenny, 1986), sendo necessário recorrer aos efeitos diretos e indiretos calculados por meio da padronização dos coeficientes, tal como descrevemos anteriormente. Esses indicadores revelam que o efeito indireto existe e é bastante expressivo, sendo a sua razão sobre o direto de 13,847. Considerando a medida padronizada dos efeitos totais de ,176, os indiretos atingem ,164. A hipótese da mediação, portanto, foi confirmada de forma bastante robusta, o que nos leva a conclusão de que o mecanismo pelo qual a escolaridade favorece o engajamento efetivo em partidos políticos passa pelo fomento ao interesse por política entre os brasileiros.

## 6. Considerações finais

Diante da relevância dos partidos políticos para as democracias contemporâneas, especialmente para os regimes estabelecidos nas últimas décadas, nos dedicamos à identi-

ficção de alguns dos condicionantes da filiação partidária no Brasil. Do conjunto das análises apresentadas anteriormente, consideramos relevante destacar alguns pontos que nos parecem fundamentais e podem contribuir para a agenda de pesquisas sobre o tema do ativismo político em instituições representativas tradicionais.

Em primeiro lugar, destacamos a reduzida influência de atributos sociodemográficos sobre a filiação partidária no contexto nacional. Ainda que no primeiro modelo a escolaridade e uma das faixas etárias tenha produzido efeitos positivos, quando são inseridos fatores atitudinais e comportamentos esse impacto desaparece. O engajamento nessas instituições, portanto, parece ser majoritariamente ligado à sofisticação política e não a indicadores sociais.

Dentre as variáveis atitudinais, destacamos a expressão do interesse por política como principal preditor da filiação partidária no Brasil. O efeito dessa variável foi tão destacado em nossos modelos que suspeitamos que a sua inserção poderia ser responsável pela redução drástica da relevância dos atributos sociais, de modo que postulamos a hipótese de que o interesse pudesse atuar como uma variável mediadora em um processo explicativo de tipo funil, no qual variáveis com anterioridade cronológica, como a escolaridade, poderiam influenciar atitudes de interesse em relação à política, que, por sua vez, aumentaria a chance de engajamento.

Para testar essa hipótese lançamos mão de modelos de efeitos mediados que indicaram claro mecanismo mediador. A principal contribuição do trabalho consiste, portanto, na explicitação do mecanismo pelo qual a escolaridade afeta a filiação partidária, que suspeitamos também esteja presente em outras formas de ativismo político. A educação formal, entendida aqui como geradora de recursos cognitivos, não eleva o engajamento cívico de forma direta simplesmente pelo acúmulo de conhecimento, mas através do desenvolvimento de uma orientação positiva em relação ao mundo da política.

Ainda que se trate de estudo restrito a um ponto no tempo (2014), dada a persistência dos indicadores de escolarização e de interesse por política entre o eleitorado brasileiro (Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015b; Gimenes, 2015, 2018a), nosso entendimento é de que tal resultado se revela relevante à reflexão e à discussão sobre os aspectos que permeiam o estabelecimento de vínculos formais dos cidadãos com as instituições partidárias por meio da filiação. No entanto, reconhecemos a necessidade de realização de testes desta natureza para ondas futuras de estudos de opinião pública entre os brasileiros, bem como de maneira comparada com outras novas democracias e/ou com unidades nacionais onde a democracia encontra-se consolidada.

## Referências

- Albuquerque, J. A. G de (1992). "Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto". *Lua Nova* 26: 53-79.
- Alcántara Sáez, M. e F. Freidenberg (2002). "Partidos políticos na América Latina." *Opinião Pública* 8 (2): 137-157.
- Almond, G. A. e S. Verba (1989 [1963]). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3ª ed. New York: Sage.
- Amaral, O. E. do (2014a). "Por dentro das bases partidárias: uma análise do perfil dos filiados a partidos políticos no estado de São Paulo." In *Congresso da Brazilian Studies Association*, 12. Anais. London: *Brazilian Studies Association*.
- Amaral, O. E. do (2014b). "No Brasil, os partidos existem e são importantes." Disponível em <<http://www.condistintosacentos.com/no-brasil-os-partidos-existem-e-sao-importantes/>>. Acesso em 18 dez. 2016.
- Balachevsky, E. (1992). "Identidade partidária e instituições políticas no Brasil". *Lua Nova* 26: 133-165.
- Baquero, M. (2000). *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Barnes, S. e M. Kaase (1979). *Political Action: mass participation in five Western democracies*. Beverly Hills: Sage.
- Baron, R. e D. A. Kenny (1986). "The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations." *Journal of Personality and Social Psychology* 51: 1173-1182.
- Borba, J. e E. A. Ribeiro (2011). "Participação convencional e não convencional na América Latina." In M. Baquero (org.). "Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina." Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 95-118.
- Borba, J., E. R. Gimenes e E. A. Ribeiro (2015a). "Os determinantes do ativismo partidário na América Latina." *Revista Latinoamericana de Opinión Pública* 5: 13-47.
- Borba, J., E. R. Gimenes e E. A. Ribeiro (2015b). "Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro." *Novos Estudos Cebrap* 101: 27-55.
- Borba, J., E. R. Gimenes e E. A. Ribeiro (2015c). "Participação e repertórios políticos: uma análise dos engajamentos múltiplos dos brasileiros na política." In I. Scherer-Warren e L. H. H. Lüchmann (orgs.). *Movimentos sociais e participação: trajetórias e tendências analíticas*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina: 101-132.
- Braga, M. do S. S. (2010). "Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistemas partidários institucionalizados." *Revista Brasileira de Ciência Política* 4: 43-73.
- Carreirão, Y. de S. (2007). "Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) Data." *Brazilian Political Science Review* 1(1): 70-101.
- Carreirão, Y. de S. (2008). "Opiniões públicas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros." *Opinião Pública* 14(2): 319-351.
- Carreirão, Y. de S. e M. D. Kinzo (2004). "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)." *Dados* 47(1): 131-168.
- Cavarozzi, M. (1993). "El sentido de la democracia en la América Latina contemporánea." In M. A. Garretón (ed.). *Los partidos y*

*la transformación política de América Latina*. Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales: 17-28.

- Cervi, E. U. (2012). "Quando filiação partidária representa outra coisa que não interesse autônomo por política." Disponível em <<http://www.blogempublico.com/?s=filia%C3%A7%C3%A3o&op.x=36&op.y=14>>. Acesso em 28 jul. 2017.
- Dahl, R. A. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Dalton, R. J. (2013). *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage.
- Dalton, R. J. (2008). *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. 5. ed. Washington, DC: CQ.
- Dalton, R. J. (2007). "Partisan mobilization, cognitive mobilization and the changing American electorate." *Electoral Studies* 26: 274-286.
- Dalton, R. J. (2006). "Citizenship norms and political participation in America: the good news is... the bad news is wrong." *Occasional Paper Series* 1.
- Dalton, R. J. (2005). *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. 4. ed. Washington, DC: CQ.
- Dalton, R. J. (1984). "Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies." *Journal of Politics* 46: 264-284.
- Dalton, R. J., D. Farrell e I. McAllister (2011). *Political parties and democratic linkage*. Oxford: Oxford University.
- Dalton, R. J., V. A. Sickle e S. Weldon (2009). "The individual-institutional nexus of protest." *British Journal of Political Science* 40:51-73.
- Dalton, R. J. e M. P. Wattenberg (2002). *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University.
- Della Porta, D. (2003). *Introdução a Ciência Política*. Lisboa: Estampa.
- Dias, A. K. M. e E. A. Ribeiro (2013). *Sentimentos partidários e igualdade de gênero no Brasil*. *Teoria & Pesquisa* 22(1): 18-31.

- Figueiredo, A. e F. Limongi (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Fonseca, F. (2013). "Mídia e eleição na transição democrática brasileira: aspectos conceituais e empíricos da vitória eleitoral do presidente Collor de Mello." In H. Telles e A. Moreno (orgs.). *Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: 459-498.
- Garretón, M. A. (1993). "Transformaciones socio-políticas en América Latina, 1972-1992." In M. A. Garretón (ed.). *Los partidos y la transformación política de América Latina*. Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales: 3-15.
- Gimenes, É. R. (2018a). "Partidarismo, mobilização cognitiva e participação política no Brasil." In C. G. G. Martelli, M. C. Jardim e É. R. Gimenes (orgs.). *Participação política e democracia no Brasil contemporâneo*. Araraquara: Cultura Acadêmica: 111-150.
- Gimenes, É. R. (2018b). "Considerações sobre as relações entre eleitores e partidos políticos no Brasil." In L. Fux, L. F. C. Pereira, W. de M. Agra e L. E. Peccinin (orgs.). *Tratado de Direito Eleitoral. Direito partidário*. V. 2. Belo Horizonte: Fórum: 109-133.
- Gimenes, É. R. (2017). *Eleitores e partidos políticos na América Latina*. Curitiba: Appris.
- Gimenes, É. R. (2015). *A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina*. 240 f. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Gimenes, E. R., W. O. Furriel, J. Borba e E. A. Ribeiro (2016). "Partidarismo no Brasil: análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014)." *Debates* 10(2): 121-148.
- Gimenes, E. R., W. O. Furriel e D. C. M. Lazare (2015). "Engajamento partidário: o perfil do eleitor maringense nas eleições de 2010." In C. Almeida e S. P. Da C. Dourado (orgs.). *Cultura política, gênero e democracia: estudos sobre Maringá e eleições*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá: 97-127.
- Heidar, K. (2006). "Party membership and participation." In R. S. Katz e W. Crotty, *Handbook of party politics*. London: SAGE: 301-315.

- Inglehart, R. (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University.
- Inglehart, R. e G. Catterberg (2002). "Trends in political action: the development trend and the post-honeymoon decline." *International Journal of Comparative Sociology* 43(3-5): 300-316.
- Katz, R. e P. Mair (1995). "Changing models of party organization and party democracy. The emergency of the cartel party." *Party Politics* 1(1): 5-28.
- Kenny, D. (2015). *Multiple Regression*. Disponível em <<http://davidakenny.net/cm/mr.htm>>. Acesso em 27 dez. 2015.
- Kenny, D. A., D. Kashy e N. Bolger (1998). "Data analysis in social psychology." In D. Gilbert, S. Fiske e G. Lindzey (eds.). *Handbook of Social Psychology*. 4th ed. New York: McGraw-Hill: 233-265.
- Kinzo, M. D. G. (2007). "Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários." In M. D. G. Kinzo e M. do S. S. Braga (orgs.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas: 19-45.
- Lazare, D. C. M. (2014). "Participação partidária no Brasil: análise longitudinal de indicadores e condicionantes." In *Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*; 9., Brasília, DF. Anais. Brasília, DF: Associação Brasileira de Ciência Política.
- Lazare, D. C. M., É. R. Gimenes e W. O. Furriel (2015). "Filiação partidária no Brasil: análise longitudinal de dados de opinião pública." In *Seminário Nacional Partidarismo, Militantismo e Comportamento Eleitoral no Brasil*, 1. Anais. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.
- Mackinnon, D. P., G. Warsi e J. H. Dwyer (1995). "A simulation study of mediated effect measures." *Multivariate Behavioral Research* 30(1):41-62.
- Mainwaring, S. P. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Fundação Getúlio Vargas.
- Mair, P. (2003). "Os partidos políticos e a democracia." *Análise Social* 38(167): 277-293.
- Mair, P. (2000). "Há um futuro para os partidos?" *Política Democrática* 1(0): 147-160.

- Mair, P. e I. Van Biezen, I. (2001). "Party membership in twenty European democracies." *Party Politics* 7(1): 5-21.
- Meneguello, R. (1998). *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Milbrath, L. (1965). *Political Participation: How and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally.
- Miller, A. H. e T. F. Klobucar (2000). "The development of party identification in post-Soviet societies." *American Journal of Political Science* 44(4): 667-686.
- Moisés, J. A. (1992). "Democratização e cultura política de massas no Brasil." *Lua Nova* 26: 5-51.
- Nicolau, J. M.(2012). "Tendências/Debates: Tentando entender nulos, brancos e abstenções." *Folha de São Paulo*, 25 out. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br /opiniaio/1174730tendenciasdebates-tentando-entender-nulos-brancos-e-abstencoes.shtml>>. Acesso em: 28 out. 2015.
- Norris, P. (2011). *Democratic deficit: critical citizens revisited*. New York: Cambridge University.
- Norris, P. (2007). "Political activism: new challenges, new opportunities." In C. Boix e S. C. Stokes. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University: 628-652.
- Norris, P. (2000). *A virtuous circle: political communications in postindustrial societies*. Cambridge: Cambridge University.
- Norris, P. (1999). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University.
- O'Neill, B. (2001). "Generational Patterns in the Political Opinions and Behaviours of Canadians." *Policy Matters*, Montreal 2(5).
- Payne, J. M. (2007). "Party systems and democratic governability." In J. M. Payne, G. D. Zovatto, M. M. Diaz, A. A. Zavala, F. Carrillo-Flórez, K. Echebarria e E. Iarquin. *Democracies in development. Politics and reform in Latin America*. Washington, D. C.: Inter-American Development Bank/International Institute for Democracy and Electoral Assistance/David Rockefeller Center for Latin American Studies/Harvard University: 149-177.
- Pimentel Junior, J. (2007). "Disposições afetivas e laços partidários." In M. D. G. Kinzo e M. do S. S. Braga (orgs.). *Eleitores*

*e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas: 81-113.

Putnam, R. D. (org.). (2003). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.

Ribeiro, E. A. (2011). *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.

Ribeiro, E. A., Y. de S. Carreirão e J. Borba (2016). "Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes." *Opinião Pública* 22(3): 603-637.

Ribeiro, E. A.; Y. de S. Carreirão e J. Borba (2011) "Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros." *Opinião Pública* 17(2): 333-368.

Ribeiro, P. F. (2014). *What do these people want? Membership and activism in Brazilian political parties*. Disponível em <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2431874](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2431874)>. Acesso em 17 dez. 2016.

Sakamoto, L. (2013). "Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas." In H. Maricato et al. *Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior: 95-100.

Samuels, D. J. (1997). "Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil." *Dados* 40(3): 493-533.

Samuels, D. J. e C. Zucco Junior (2013). "The power of partisanship in Brazil: evidence from survey experiments." *Social Science Research Network*, out. 2012. Disponível em <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1903312](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1903312)>. Acesso em 23 jun. 2013.

Santos, F. (2013). "Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira." *Novos Estudos Cebrap* 96: 14-25.

Scarrow, S. (2007). "Political activism and party members." In R. Dalton e H. Klingeman. *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University: 636-654.

Scarrow, S. (2000). "Parties without members? Party organization in a changing electoral environment." In R. Dalton e M. Watten-

- berg. *Parties without partisan*. Oxford: Oxford University: 79-101.
- Secco, L. (2013). "As Jornadas de Junho." In H. Maricato et al. *Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior: 71-78.
- Seyd, P. e P. Whiteley (2004). "British party members: an overview." *Party Politics* 10(4): 355-366.
- Speck, B. W. (2013). "Nem ideológica, nem oportunista: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil." *Cadernos Adernauer* 14(2): 37-60.
- Speck, B., M. S. de Braga e V. Costa (2015). "Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil." *Revista de Sociologia e Política* 23(56): 125-148.
- Telles, H. de S. (2012). "A construção do terceiro mandato de Lula da Silva: a transferência de prestígio nas campanhas presidenciais brasileiras de 2010." In *Congreso Latinoamericano de Opinión Pública*, 5. Anais. Bogotá: *World Association for Public Opinion Research*.
- Teorell, J., M. Torcal e J. R. Montero (2007). "Political participation: Mapping the terrain. In J. Vandeth, J. R. Montero e A. Westhom (eds.). *Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis*. London: Routledge: 334-357.
- Terron, S. L. e G. A. D. Soares (2010). "As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio." *Revista Opinião Pública* 16(2): 310-337.
- Van Biezen, I., P. Mair e T. Poguntke (2012). "Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe." *European Journal of Political Research* 51: 24-56.
- Veiga, L. F. (2011). "O partidarismo no Brasil (2002/2010)." *Opinião Pública* 17(2): 400-425.
- Veiga, L. F. (2007). "Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002." *Opinião Pública* 13(2): 340-365.
- Verba, S. e N. H. Nie (1972). *Participation in America*. Chicago: University of Chicago.

- Verba, S., K. L. Schlozman e H. E. Brady (1995). *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University.
- Webb, P., D. Farrell e I. Holliday (ed.) (2002). *Political parties in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University.
- Witheley, P. (2011). "Is the party over? The decline of party activism and membership across the Democratic World." *Party Politics* 17(21).
- Witheley, P. F. e P. Seyd (2002). *High intensity participation: The dynamics of party activism in Britain*. Ann Arbor, MI: University of Michigan.
- Witheley, P. F. e P. Seyd (1998). "The dynamics of party activism in Britain: a spiral of desmobilization?" *British Journal of Political Science* 28(1): 113-137.

## Anexo

### Lista de Variáveis

Sexo: masculino [0]; feminino [1].

Idade: [0] abaixo de 30; [1] de 30 a 59; [2] 60 ou +.

Escolaridade: [0] Sem escolarização formal; [1] Fundamental incompleto; [2] Fundamental completo; [3] Médio incompleto; [4] Médio completo; [5] Superior incompleto; [6] Superior completo.

Interesse por política: [0] Nenhum; [1] Pouco; [2] Algum; [3] Muito.

Conversa sobre política: [0] Nunca; [1] Às vezes; [2] Sempre.

Acesso à informação: [0] Baixo; [1] Médio; [2] Alto.

Participação não convencional: [0] inativo; [1] baixa atividade; [2] média atividade; [3] alta atividade.